

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS GERAIS

1

Segundo a Constituição Federal e Leis Complementares, no Brasil, a Lei do Plano Plurianual de Ação (PPA) deve dispor sobre as(os)

- a) limitações para a elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- b) diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e programas de duração continuada.
- c) autorizações para a concessão de vantagens ou de aumentos de remuneração e criação de cargos.
- d) avaliações de resultados dos programas financiados com recursos do orçamento federal.
- e) riscos fiscais, ou seja, situações que podem impactar as metas estabelecidas.

2

No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA)

- a) contém um Anexo de Metas Fiscais, estabelecendo os objetivos fiscais anuais em valores monetários correntes e constantes.
- b) contém uma Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao ano anterior.
- c) contém um Anexo de Riscos Fiscais com a situação de passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas.
- d) compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento das empresas, nas quais a união detém a maioria do capital social votante, e o Orçamento da Seguridade Social.
- e) define os critérios para a concessão ou ampliação de incentivos e benefícios fiscais que impliquem renúncia fiscal.

3

Um determinado ente público mantinha o controle das empresas discriminadas no Quadro a seguir.

	Área de atuação/ Atividade fim	% do ente no capital	Receita Operacional Líquida	Pessoal + Custeio
Empresa A	Coleta e tratamento de resíduos	100%	R\$ 2,3	R\$ 23
Empresa B	Gestão e fomento ao turismo	95%	R\$ 11,5	R\$ 9
Empresa C	Serviços financeiros	51%	R\$ 79	R\$ 19

Adicionalmente, sabe-se que:

- O valor da receita operacional líquida de cada empresa foi exclusivamente auferido pelo exercício de sua atividade fim junto a terceiros e não contempla repasses do ente controlador.
- Os valores da receita operacional líquida e das despesas de pessoal + custeio estão expressos em milhões de reais, referem-se ao último exercício financeiro encerrado e não apresentaram alterações significativas em relação aos exercícios anteriores.
- O capital social das três empresas é composto apenas por ações com direito a voto.
- O percentual de participação do ente no capital de todas as empresas não foi alterado desde a criação das mesmas.

A partir de tais informações hipotéticas, no contexto do planejamento e do orçamento governamental e à luz do conceito de empresa estatal dependente, disposto na LRF, verifica-se que

- a) a empresa B não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente, pois gerou resultado positivo no período.
- b) ainda que despesas de capital da empresa A sejam custeadas pelo ente, ela pode continuar enquadrada como empresa estatal dependente.
- c) as três empresas devem constar no orçamento fiscal do ente, em decorrência de serem empresas controladas.
- d) por atuar na área de serviços financeiros, a empresa C não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.
- e) se o ente aumentar o capital da empresa C, esta pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.

4

Um parâmetro definido pela LRF para acompanhamento dos limites fiscais é a Receita Corrente Líquida (RCL), que consiste no somatório das receitas correntes, deduzido de valores também definidos em lei, correspondentes a destinações de recursos vinculados.

Na apuração da RCL da União, uma das deduções previstas corresponde a

- recursos para pagamento de serviço da dívida
- recursos para aplicação mínima em saúde e educação
- transferências de convênios firmados com outros entes
- compensação financeira entre regimes previdenciários
- repasso para os poderes Legislativo e Judiciário

5

No dia 23 de janeiro de 2023, um ente público divulgou a sua programação financeira e seu cronograma de execução mensal de desembolso, com metas bimestrais de arrecadação. Após o fechamento do sexto bimestre do exercício, foi avaliado que a realização da receita até aquele período poderia não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais. Segundo as disposições legais, o ente promoveu limitação de empenho e movimentação financeira. No bimestre seguinte, as metas de arrecadação foram restabelecidas em um percentual de 30% de recomposição.

Diante disso, a legislação dispõe que

- a receita restabelecida deve compor a reserva de contingência.
- a entidade deve aguardar o final do exercício financeiro para destinar os recursos recompostos.
- as dotações cujos empenhos foram limitados podem ser recompostas de forma proporcional.
- os valores restabelecidos devem ser tratados como superávit financeiro.
- os valores restabelecidos podem cobrir a abertura de créditos adicionais.

6

A Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal especificam os conteúdos dos instrumentos de planejamento orçamentário, mas há pontos que são tratados de forma complementar na LDO e na LOA.

Um desses pontos refere-se

- à renúncia de receita
- às alterações na legislação tributária
- ao controle de custos
- aos critérios para limitação de empenho
- aos objetivos das políticas macroeconômicas

7

Um cidadão participa da organização de audiências públicas durante os processos de elaboração e

discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.

Nesse caso, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, está sendo assegurada a

- operação
- referência
- antecipação
- transparência
- captação

8

O Programa Universidade Para Todos – Prouni – oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior.

Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>.
Acesso em: 4 jan. 2024. Adaptado.

O Prouni é um programa que parte de um diagnóstico específico sobre o baixo percentual de pessoas com nível superior e a baixa escolaridade média da população brasileira.

Com base nessa política e no diagnóstico, conclui-se que

- a política deve ser focalizada, tendo em vista que são grupos específicos da população que não têm acesso a crédito.
- a concessão de auxílio monetário para o ingresso na educação superior não contribui para redução da evasão e desistência.
- o investimento em educação superior exige apenas despesas diretas com matrícula, mensalidade e material.
- as restrições de crédito não explicam o subinvestimento em educação superior.
- os custos totais dessa política são calculados diretamente pelos gastos com as bolsas de estudos e a logística de sua distribuição.

9

Em um determinado município, foi realizado um programa de construção de postos de saúde locais. O gestor do programa solicitou a um consultor que fizesse uma avaliação dos processos de implementação desse programa.

O consultor realizará essa avaliação com base nas seguintes perguntas, EXCETO:

- O número de atendimentos médicos aumentou?
- A infraestrutura dos postos atende com qualidade os moradores?
- Os materiais da obra chegaram no momento adequado?
- Os médicos e enfermeiros foram contratados?
- Os serviços de água e energia estão disponíveis com a frequência adequada?

10

Na definição e utilização de Indicadores de Inovação, para fins analíticos ou para orientação de políticas públicas, algumas tendências e qualificações podem ser destacadas, dentre elas, a seguinte:

- o indicador de esforço em P&D (P&D/vendas) sobrevaloriza o esforço inovador das empresas de base tecnológica, enquanto o esforço patentador (patentes/empregado) sobrevaloriza o esforço inovador das grandes empresas.
- o percentual de emprego em P&D é um indicador de capacitação tecnológica nacional, enquanto o saldo da balança de pagamentos tecnológica é um indicador de capacidade de absorção e difusão.
- a mensuração do progresso técnico usando indicadores de esforços ou indicadores de resultado é indiferente, pois, no processo inovador, maiores esforços envolvem mais resultados.
- os gastos em educação, treinamento e formação são um indicador de inovação, enquanto as patentes são um indicador de difusão.
- as patentes mensuram tanto intensidade de invenção quanto de inovação.

11

No ciclo de uma política pública, são estabelecidos vários procedimentos para racionalizar as suas etapas, do início, de comprovação da sua necessidade, até a apresentação de resultados e posterior revisão.

Nesse sentido, verifica-se que

- a análise ex ante não faz parte do ciclo de uma política pública, tendo em vista que ela já foi efetivamente desenhada.
- a identificação do problema somente pode ser realizada ao longo da execução da política.
- a avaliação da política deve ser planejada antes da sua execução, trazendo clara a definição de indicadores, ações e possíveis resultados esperados.
- o monitoramento é uma etapa do ciclo definida temporalmente ao final da política, trazendo os resultados gerados pela política.
- as estratégias de governança e accountability são realizadas apenas na etapa final do ciclo da política pública.

12

Para compreender o papel dos atores na formulação de políticas públicas, há a análise de subunidades do sistema político e dos espaços político-administrativos, de forma geral, denominados subsistemas (policy subsystems). Um desses subsistemas caracteriza-se pela tomada de decisão baseada em alta complexidade técnica, que desperta pouca atenção do público e envolve um número bastante reduzido de tomadores de decisão, os quais procuram restringir o acesso de outros participantes.

Esse particular subsistema é denominado, em português e em inglês,

- fluxo sistemático de soluções; policy stream
- macrossistema; macro policy systems
- microsistema; micro policy systems

- sistema primordial de políticas; policy primeval soup
- subsistema multiplicador; bandwagon

13

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

No trecho acima, a filósofa francesa está afirmando

- que a condição feminina é uma imposição essencial da natureza que não varia segundo condições históricas, políticas ou culturais.
- que as mulheres têm o dever político de assumir a condição feminina e seus determinantes.
- que o conceito de "feminino" é social e culturalmente construído numa perspectiva histórica.
- que a igualdade entre homens e mulheres é impossível, dadas as condições históricas da opressão feminina.
- que as fêmeas adquirem papéis sociais conforme seu lugar de produção de bens e riquezas na sociedade capitalista.

14

A iniciativa, no âmbito do processo legislativo, para a criação de uma autarquia federal, que é ente da administração pública indireta, compreendida como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, é atribuída

- exclusivamente aos membros do Congresso Nacional
- concorrentemente aos membros do Congresso Nacional e ao Presidente da República
- privativamente aos senadores
- privativamente ao Presidente da República
- privativamente aos deputados federais

15

Considerando as características dos entes que compõem a administração pública indireta, uma das diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista baseia-se na

- estrutura de propriedade
- criação por meio de lei
- regras de admissão de pessoal
- personalidade jurídica privada
- possibilidade de falência

16

Nos termos do Decreto Lei nº 200/1967, a Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade

- a) simples
- b) anônima
- c) integral
- d) por cotas
- e) por comandita

17

Q é servidor público e postulou readaptação por ter sofrido limitações que impediriam o exercício no cargo público originário que ocupava. Ao submeter-se à inspeção de saúde, foi diagnosticado como totalmente incapaz para o serviço público.

Nesse caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, o servidor Q será

- a) exonerado
- b) demitido
- c) disponibilizado
- d) aposentado
- e) retornado

18

O servidor público W foi demitido do serviço público, após processo administrativo disciplinar. Inconformado, ele propôs ação judicial, buscando o retorno ao serviço público, tendo obtido decisão favorável, após dez anos de duração do processo.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, quando invalidada a demissão por decisão judicial, ocorre a denominada

- a) reinclusão
- b) reintegração
- c) recondução
- d) revisão
- e) repristinação

19

A Lei nº 12.527/2011 determina que a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Segundo essa Lei, os prazos máximos de restrição de acesso à informação ultrassecreta, secreta e reservada, em anos, são, **respectivamente**,

- a) 25, 15 e 5
- b) 25, 10 e 5
- c) 30, 15 e 5
- d) 30, 20 e 10
- e) 40, 20 e 10

20

Um administrador do Ipea apresentou projeto de pesquisa para aperfeiçoar a prestação do serviço público. No início do seu trabalho, foi confrontado com a existência de princípios aplicáveis à Administração Pública muitos com base constitucional. Ao aprofundar seus estudos, foi direcionado para a constatação de existência do procedimento de avaliação periódica de desempenho prevista no texto constitucional.

Esse procedimento busca realizar o princípio da

- a) comunicação
- b) publicidade
- c) moralidade
- d) veracidade
- e) eficiência